

QUARTA PARTE

DEFESA NACIONAL E INTELIGÊNCIA MILITAR

Aloísio Rodrigues dos Santos

Adalberto Casaes Júnior

Raymundo Nonato de Cerqueira Filho

Dalton Luís Fraresso

DEFESA NACIONAL E INTELIGÊNCIA MILITAR

**General-de-Divisão ALOÍSIO RODRIGUES
DOS SANTOS
Diretor do Departamento de Inteligência
Estratégica do Ministério da Defesa.**

Inicialmente, agradeço o convite para participar deste Seminário como representante do Ministério da Defesa e, assim, ter a oportunidade de instigar e estimular o debate sobre o tema “Defesa Nacional e Inteligência Militar”.

Em razão das peculiaridades do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Inteligência Estratégica/Ministério da Defesa, abordaremos o assunto “Segurança e Defesa e o Papel da Inteligência Estratégica”, de forma a destacar a importância da Inteligência Estratégica para as ações de Defesa.

Durante a exposição, julgo conveniente não me afastar do texto elaborado, embora determinadas considerações devam a ele ser acrescentadas para melhor compreensão. Assim procederemos, pois como representante do Ministério da Defesa e falando em nome do Senhor Ministro, devo ser fiel ao seu pensamento e coerente com as ações implementadas e atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Embora no decorrer da exposição sejam conceituados os termos “Segurança” e “Defesa”, essenciais à compreensão e ao desenvolvimento do assunto, outros termos e expressões, também, devem ser conceituados, estimulando a reflexão e permitindo um melhor entendimento do assunto.

Assim, passaremos a conceituar “Inteligência Militar” e “Inteligência Estratégica de Defesa”, o que irá ao encontro dos interesses e dos objetivos deste Seminário.

Inteligência Militar

“Atividade técnico-militar especializada, permanentemente exercida, com o objetivo de produzir conhecimentos de interesse do Comandante de qualquer nível hierárquico e proteger conhecimentos sensíveis, instalações e pessoal das FA contra ações realizadas ou patrocinadas pelos serviços de Inteligência oponentes e/ou adversos. (IP30-01)”.

A Inteligência Militar, por ser um tema voltado mais especificamente para as Forças Armadas e de interesse direto dos Comandantes em todos os níveis, a sua conceituação serve tão somente para estabelecer diferenças e estimular comparações em relação à “Inteligência Estratégica de Defesa”, esta sim desenvolvida no âmbito do Departamento de Inteligência Estratégica/Ministério da Defesa, que assim conceituamos:

Inteligência Estratégica de Defesa

“Atividade de Inteligência voltada para a produção dos conhecimentos de toda ordem, necessária à formulação e à condução, no mais alto nível, do Planejamento Político-Estratégico de Defesa”.

Pela conceituação, podemos inferir que os trabalhos de Inteligência realizados no âmbito do MD, mais especificamente no DIE, visam, sobretudo, e tendo como produto nobre o Planejamento Político Estratégico de Defesa e o assessoramento ao Senhor Ministro, subsidiar a elaboração da Política e da Estratégia Militares de Defesa.

1. INTRODUÇÃO

A partir dessas conceituações, devo destacar as seguintes palavras proferidas pelo Senhor Ministro da Defesa:

“A sociedade brasileira desconhece as questões de defesa e de política externa, muitas vezes distante do dia-a-dia do homem comum. É difícil mostrar à população brasileira, que não conhece guerra há mais de 130 anos, que a inexistência hoje do inimigo não significa que ele não irá se apresentar no futuro e que o poder militar é necessário. O que todos queremos – Governo, partidos políticos e sociedade – é um Brasil desenvolvido e forte, com presença internacional ativa e estatura estratégica compatível com seus índices nacionais.

Um dos componentes fundamentais da capacitação nacional de um país é o poder militar, pois não pode haver desenvolvimento sem estabilidade nem estabilidade sem segurança.”

Essas palavras, proferidas pelo Ministro da Defesa, Dr. Geraldo Quintão, em Audiência Pública perante a Comissão de Relação Exteriores e de Defesa Nacional, em 05 de setembro de 2001, destacam bem a imprescindibilidade da segurança para a estabilidade e para o desenvolvimento do Brasil.

Nelas assume maior relevância, em razão do tema do Seminário, os termos segurança e defesa, que não devem ser vistos como preocupações exclusivas do campo militar, já que a degradação do estado de Segurança em uma das dimensões deve ser combatida primordialmente com ações dessa dimensão, podendo as demais atuar de forma subsidiária.

Termos que crescem de importância, na medida em que a complexidade das relações políticas, econômicas e sociais, em um mundo globalizado, dificulta a percepção prévia de um fato/evento e uma avaliação da sua evolução em um determinado período de tempo. Concorrem para isso as prioridades que se impõem, a velocidade, a intensidade e o número de variáveis que interferem no processo, algumas de difícil percepção. Variáveis que devem ser identificadas, cabendo aos analistas e estudiosos, àqueles que têm essa responsabilidade por dever de ofício, essa identificação, para que se possa prever a evolução e criar cenários factíveis.

Se no passado a bipolaridade favorecia, estimulava e orientava uma escolha ou um alinhamento no campo político-ideológico, hoje a unipolaridade militar, sem uma definição precisa das ameaças e de suas origens, exige, mais do que antes, um acompanhamento inteligente, criterioso, obstinado e permanente, dos movimentos que se desenvolvem à luz dos interesses e à sombra das injustiças e dos antagonismos entre as nações.

2. SEGURANÇA E DEFESA – UMA VISÃO

As mudanças no cenário mundial sugerem novas idéias sobre segurança e defesa. Assim, na busca de conceitos que respondam às necessidades impostas pelo Planejamento Político-Estratégico de Defesa, onde a Inteligência Estratégica assume um importante papel, estão sendo elaborados conceitos que melhor expressem as realidades do mundo contemporâneo, pós-Guerra Fria, e que melhor se adaptem às necessidades presentes e futuras.

Passemos então a conceituar Segurança, Defesa e Defesa Nacional:

Segurança

Qualidade, condição ou estado ideal usufruído pelos indivíduos, família, comunidade, sociedade e nação ao se sentir livre de ameaças, perigos e riscos.

(Fonte: sugestões do DPE para elaboração do Livro Branco).

Defesa

Elenco de medidas, atos e ações concretas adotadas e implementadas pelo Estado, contra perigos, riscos e ameaças.

(Fonte: sugestões do DPE para elaboração do Livro Branco).

Defesa Nacional

Conjunto de ações do Estado, com ênfase na aplicação da expressão militar, para proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças externas.

Observa-se que o conceito de segurança está associado a um estado e o de defesa à ação. Segurança é, portanto, um estado ideal buscado permanentemente, por meio das ações de defesa.

Para identificar e antecipar-se à degradação do estado de segurança e adaptar-se com flexibilidade e rapidez a essa nova realidade, a maioria dos países reorganizou seus sistemas de Inteligência, para torná-los capazes de atuar em todas as dimensões que possam afetar os seus interesses, com a(s) prioridade(s) variando em razão da conjuntura e das necessidades.

3. O AMBIENTE GLOBALIZADO ATUAL

a. Generalidades

Essa nova realidade aponta para a supremacia de uma potência na expressão militar e a multipolaridade econômica, as quais, associadas à distribuição irregular dos recursos naturais no globo terrestre e ao constante entrelaçamento de interesses competidores, sinalizam para a continuidade dos conflitos que, no atual ambiente, hoje globalizado, normalmente, obedecem a um padrão. Esse padrão, justo ou injusto, certo ou errado, é a realidade do mundo em que vivemos, e pode ser definido pelo *cerco e pelo isolamento do país causador da “instabilidade” ou do “alto risco” para a economia mundial, que pode ser alvo de intervenção, sob o manto protetor, ou não, de resoluções das Nações Unidas ou de organismos regionais.*

A conjuntura internacional contemporânea se caracteriza pela complexidade, acarretando um ambiente de incerteza dentro de um processo de evolução extremamente dinâmico e competitivo. Assim, o instrumento mais eficaz em face dessa imprevisibilidade é o conhecimento, produto nobre da Atividade de Inteligência que deverá atender e acompanhar o que denominamos “Novas Ameaças”.

b. As novas ameaças

Dentre as ameaças destacamos aquelas não-ortodoxas, que já fazem parte do nosso cotidiano, como o terrorismo, o crime organizado e as instabilidades internas, bem como a presença crescente de novos atores transnacionais, que tornam a análise muito mais complexa. Tais aspectos, associados à chamada revolução da informação, que permite o fluxo de dados e de capitais sem qualquer controle governamental, expõem todos os países, principalmente aqueles com economias em fase de consolidação, como o Brasil, a grandes riscos.

Os ataques terroristas aos EUA deixaram o mundo perplexo. A sensação que prevalece, hoje, é de insegurança e vulnerabilidade, podemos dizer de impotência. O terrorismo já há algum tempo vinha sendo apontado como uma das principais ameaças à segurança. Não nos basta, apenas, saber que ele existe. O difícil, penoso, angustiante, é saber como, quando e onde ele se manifestará de forma concreta e objetiva.

c. Planejamento estratégico no MD

Ao questionarmos se o aparato militar está preparado para os desafios do século XXI, verifica-se que Forças Armadas, atuando apenas de forma convencional, não têm aplicação adequada diante das chamadas ameaças não-ortodoxas, obrigando os governantes a repensarem um elenco de medidas preventivas, particularmente contra o terrorismo.

Assim, o Ministério da Defesa conduz um trabalho de revisão das grandes linhas do planejamento estratégico brasileiro, de modo a definir a arquitetura militar que o País requer a fim de atender às demandas de defesa nas próximas décadas.

Esse planejamento, por certo, levará em conta os acontecimentos recentes e seus desdobramentos, pois os rumos da política internacional serão afetados em grande medida pela postura externa a ser adotada pelos EUA.

É importante que se ressalte, no entanto, a necessidade de fixar os limites de emprego das Forças Armadas em questões que se situam no plano da segurança, esta tomada em seu sentido mais amplo. Segundo a perspectiva brasileira, temas como o crime organizado, violações de direitos humanos, devastação ambiental e, também, o terrorismo, não demandam resposta militar na sua concepção clássica, e sim a ação coordenada de diversos órgãos, que dependerão do apoio de Inteligência, de um sistema de Inteligência que responda, efetivamente, às necessidades e às razões de Estado.

A atividade de Inteligência é fundamental no combate ao terrorismo, de molde a se antecipar a eventuais movimentos de grupos extremistas, ou o seu próprio surgimento, o que viria atender, também, aos propósitos da luta contra o crime organizado transnacional.

4. O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Em razão de contexto internacional tão complexo, a Inteligência Estratégica passa a desempenhar um importante papel no que diz respeito à redução do nível de incertezas, possibilitando o acompanhamento regular e permanente de cenários e a antecipação na obtenção de conhecimentos relacionados aos eventos que, por sua natureza, indiquem a necessidade de emprego do Poder Nacional, inclusive na área da defesa.

a. A Inteligência Estratégica no Ministério da Defesa

O Departamento de Inteligência Estratégica (DIE), Órgão Central do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), com a cooperação da Segunda Subchefia do Estado-Maior de Defesa (EMD) e dos Órgãos de Inteligência das Forças Armadas, já ultimou a normatização da Atividade de Inteligência no âmbito do MD.

b. A integração SINDE – SISBIN

Para isso, vem direcionando seu trabalho para a máxima eficácia do componente defesa dentro da estrutura do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Tratando-se o terrorismo de uma ameaça fluida, de difícil previsão e direcionada indiscriminadamente contra o Estado, a sociedade e o indivíduo, o trabalho dos órgãos de Inteligência tornar-se-á infrutífero se não for conduzido de maneira coordenada, sistemática e integrada.

5. CONCLUSÃO

O mundo mudou, ou melhor, o mundo está mudando constantemente, velozmente, drasticamente às vezes.

Em conseqüência, o Brasil necessita dispor de um sistema de Inteligência, atuando em todas as dimensões e nas áreas de interesse, com real capacidade de detectar, com a antecedência necessária, a degradação do estado de segurança em qualquer das expressões do Poder Nacional.

A criação da Agência Brasileira de Inteligência e a institucionalização do Sistema Brasileiro de Inteligência, a qual se integra o Sistema de Inteligência de Defesa, atenderam a esse objetivo, propiciando o ordenamento da atividade e sua sujeição a controles legais.

O MD vem aprimorando a coordenação entre seus segmentos de Inteligência Estratégica e Operacional, de forma a melhor adequá-los para a busca dos conhecimentos necessários para obter a máxima eficácia do componente “Defesa” no contexto do SISBIN.

É importante que se ressalte, no entanto, a necessidade de fixar os limites de emprego das Forças Armadas em questões como o crime organizado, violações de direitos humanos, devastação ambiental e, também, o terrorismo, que não demandam resposta militar, a não ser em situações de contingência.

Aos diversos órgãos integrantes do SISBIN cabem, quando da elaboração de seus planejamentos e nas conseqüentes ações necessárias à produção de conhecimentos, a certeza de que os conhecimentos gerados pela Inteligência,

particularmente a Estratégica, são fundamentais ao processo decisório, permitindo que se passe de uma atitude meramente reativa, tônica de nosso aparelho estatal, para uma atitude pró-ativa, detectando os fatos, antecipando-se às suas ocorrências, minimizando as conseqüências. Esses conhecimentos devem ser disponibilizados no local adequado, no momento oportuno e com segurança, permitindo prevenir riscos e promover o bem-estar social.

DEFESA NACIONAL E INTELIGÊNCIA MILITAR

ADALBERTO CASAES JÚNIOR
Subchefe de Estratégia do
Estado Maior da Armada.

Como propósito da nossa exposição, pretendemos expor os aspectos relevantes do Sistema de Inteligência da Marinha e a relação com a Defesa Nacional. Dessa maneira, vou percorrer aspectos englobados no sumário, referindo-me inicialmente à Defesa Nacional e à Marinha do Brasil. Após isso, mencionarei a organização do nosso Sistema de Inteligência, detendo-me em alguns aspectos, inclusive detalhando a Inteligência Estratégica Militar, a qual pretendemos privilegiar. Farei, então, alguns comentários a título de considerações finais.

Inicialmente, convém destacar que a Constituição Federal brasileira estabelece que as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

As Forças Armadas, então, destinam-se, primeiro, à defesa externa do País, isto é, à garantia da nossa soberania e independência e, segundo, à atuação interna no País, à segurança pública. Lei complementar definiu que a atuação das Forças Armadas, na segunda alternativa, somente se dará após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio e quando expressamente decidido pelo Presidente da República. A defesa externa é, portanto, o ponto principal e essencial da destinação constitucional das Forças Armadas, representando, assim, a atividade-fim para a Marinha do Brasil.

A partir da Constituição Federal, a Marinha do Brasil definiu a sua missão - e todos podem acompanhar nos *slides* projetados: orientar o preparo e aplicação do poder marítimo e preparar e aplicar o poder naval, a fim de contribuir para a consecução dos objetivos nacionais. Propositadamente, grafamos em vermelho “Poder marítimo” e “poder naval”, porque cabe elucidar o que desejamos efetivamente alcançar com o poder marítimo e com o poder naval.

O poder marítimo busca traduzir tudo aquilo que se relaciona a qualquer atividade de natureza marítima. A Marinha Mercante, o potencial dos nossos estaleiros, pessoas envolvidas com trabalho de natureza marítima, os pescadores, enfim, tudo isso significa poder marítimo. O poder naval vem a ser exatamente a vertente, o braço armado do Poder marítimo. Portanto, a Marinha do Brasil representa essencialmente o poder naval. Dessa maneira, sua missão é orientar o preparo e a aplicação dos poderes marítimo e naval para a consecução, como dito, dos objetivos nacionais.

Dessa forma, para o cumprimento da missão, faz-se necessário considerar as características geográficas do Brasil, pois o poder naval deve estar apto a atuar no Atlântico Sul e nas hidrovias interiores, particularmente, nas bacias dos rios Paraguai e Paraná e na bacia amazônica. Em sendo assim, é necessário que a Força possua meios navais e aeronavais e fuzileiros navais para atuar em um litoral de 7.500km de extensão, e ainda ressalto que a nossa área econômica ocupa 4,2 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a cerca de metade do território nacional – ousaria denominá-la de Amazônia azul, porque vale exatamente uma Amazônia. A Marinha deve, então, possuir tropas, navios e aeronaves adequados a duas regiões distantes entre si e com características peculiares.

No Atlântico Sul, o Brasil conta com duas vulnerabilidades relevantes: a concentração da produção de petróleo na plataforma continental e o nosso comércio exterior quase totalmente dependente de extensas linhas de comunicações marítimas, representadas no *slide*. A garantia do funcionamento das linhas de comunicações marítimas é vital para a nossa economia, para cerca de 95% do nosso comércio exterior, o que equivale a cerca de US\$120 bilhões anuais, ou seja, estamos falando em cerca de 20% do nosso produto nacional. Esse é o valor das mercadorias que transitam no mar, totalizando mais de 230 navios por dia. É um controle, é uma tarefa de execução complexa nos dias atuais, devido à diversidade de bandeiras de navios, à variedade de cargas transportadas por cada embarcação e às inúmeras nacionalidades dos tripulantes.

Quero repetir um dado. Um levantamento estatístico do ano de 2001 indica que hoje, neste momento, sem medo de errar, transitam, levando e trazendo mercadorias, mais de 230 navios ao longo dessas linhas de comunicação marítima assinaladas.

O petróleo proveniente das plataformas em alto-mar corresponde, aproximadamente, a 80% da produção nacional, sendo que o bloqueio do fornecimento do combustível das plataformas marítimas prejudicaria substancialmente a economia brasileira. Nesse contexto, o Poder naval tem uma grande área de atuação e ainda não dispõe de meios em quantidade suficiente para que possa atender a todas as possíveis tarefas, circunstância decorrente de inevitáveis e conhecidas restrições orçamentárias.

Passo a comentar, agora, o Sistema de Inteligência da Marinha – SIMAR, que é o conjunto de todos os órgãos e células empenhadas na atividade de Inteligência, cujo propósito principal é de proporcionar ao Comandante da Marinha, ao Chefe do Estado-Maior da Armada e ao Almirantado, que constitui o Alto Comando da Marinha, os conhecimentos necessários ao processo de tomada de decisões.

O Simar está dividido em três setores: estratégico, relacionado ao campo internacional; operacional, relacionado às operações navais; e o nacional, relacionado ao Brasil e à própria Força, a Marinha. Apesar de as áreas de atuação serem distintas, os três setores estão evidentemente integrados, promovendo intercâmbio de conhecimentos nas áreas de intercessão. Os órgãos centrais constituintes da cúpula do Simar são: o Estado-Maior da Armada, por meio da Subchefia de Estratégia – ao meu encargo, no momento –; o Comando de Operações Navais, por meio das Subchefias de Operações e da Divisão de Inteligência Operacional; e o Centro de Inteligência da Marinha. O Comando de Operações Navais é responsável pela vertente essencialmente operacional e o Centro de Inteligência da Marinha, pela Inteligência no campo interno. As seções de Inteligência dos Estados-Maiores de Comando de Distritos Navais, nele incluídos o Comando Naval da Amazônia Ocidental, os diversos Comandos de Força e as aditâncias navais no exterior, são igualmente órgãos de Inteligência.

As estruturas de Inteligência das demais organizações militares são denominadas de células de Inteligência do SIMAR. São constituídas por oficiais de Inteligência e podem receber denominações de setor, seção, divisão, departamento ou constituir um encargo colateral.

Os integrantes do SIMAR possuem as seguintes responsabilidades principais. O Estado-Maior da Armada, Subchefia de Estratégia, como já dito, por meio da Divisão de Inteligência Estratégica Militar, é o órgão centralizador e produtor de conhecimentos estratégicos militares no campo externo e responsável pela doutrina de Inteligência da Marinha. Cabe ao Estado-Maior da Armada centralizar as comunicações de Inteligência para os adidos e representar a Marinha em órgãos de Inteligência de países amigos e em órgãos colegiados regionais que tratam de Inteligência.

Cabe aqui deixar bem claro que fazemos uma coleta de informações lícita, transparente. Não há, por parte dos adidos brasileiros no exterior e igualmente por parte dos adidos estrangeiros no nosso País, qualquer ação que possa ser conectada ou relacionada à natureza de espionagem. Absolutamente não! São coletas de dados lícitas,

ou seja, essas coletas podem ser feitas na própria mídia ou em solicitações às autoridades daquele país onde está o adido.

Com relação ao Comando de Operações Navais, a Subchefia de Operações, por meio de uma Divisão de Operações, é o órgão centralizador dos chamados conhecimentos operacionais navais e supervisor da atividade de segurança orgânica ligada à Contra-Inteligência. Finalmente, o Centro de Inteligência da Marinha é órgão centralizador e produtor de conhecimentos das atividades de Contra-Inteligência no campo nacional e órgão executor das operações de Inteligência. No campo nacional, o Centro de Inteligência acompanha assuntos gerais relacionados à Defesa Nacional e assuntos afetos ao Poder marítimo. No campo interno da Força, acompanha as questões do pessoal militar, particularmente aquelas relacionadas à disciplina e aos aspectos sociais.

Aos demais órgãos de Inteligência do SIMAR competem a produção e salvaguarda de conhecimentos previstos no Plano de Inteligência da Marinha, que chamamos PIMAR ou em planos dele decorrentes.

No que tange à ligação com outros órgãos, cabe aos órgãos de cúpula do SIMAR a integração com os demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência e seus respectivos segmentos de atuação, conforme já comentado. Os órgãos de Inteligência, os comandos de distritos navais e o Comando Naval da Amazônia Ocidental estabelecerão as ligações com os órgãos de Inteligência dos demais organismos da estrutura nacional de Inteligência existentes em suas respectivas áreas de jurisdição, atuando sempre cooperativamente. As células de Inteligência, quando especificamente determinado ou autorizado pelo respectivo comandante da área da Marinha, poderão manter ligações com as organizações de Inteligência de sua área de jurisdição e de nível compatível com o seu.

A instrução do pessoal empregado na atividade de Inteligência da Marinha é feita basicamente no Centro de Inteligência da Marinha, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Recursos Humanos, que fica na ABIN, e na Escola de Inteligência Militar do Exército. Para oficiais, especificamente, há ainda o Curso Superior de Inteligência Estratégica da Escola Superior de Guerra, com duração de seis meses, e também cursos eventuais no exterior. Existe ainda a participação de oficiais em conclaves diversos, incluindo alguns promovidos por universidades brasileiras.

Passo, agora, a abordar a Inteligência Estratégico-Militar.

Em razão da destinação constitucional das Forças Armadas Brasileiras e da missão da Marinha, conforme foi mostrado, os setores mais relevantes do SIMAR são, exatamente, o Estratégico-Militar e o Operacional.

A Divisão de Inteligência Estratégico Militar da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada é o órgão com a competência de acompanhar a conjuntura internacional nos seus diversos aspectos. Sua principal atribuição é centralizar e produzir conhecimentos estratégico-militares dos países e das áreas de interesse da Marinha.

Para o desenvolvimento das atribuições dessa divisão, o mundo foi dividido em seis áreas em que o Poder naval pode estar presente. Dessa maneira, as áreas de interesse são: Atlântico Sul, incluindo as bacias: amazônica, do Paraguai e do Paraná, Caribe, Atlântico Norte e Mediterrâneo, Pacífico, Índico e Golfo Pérsico. Para cada uma dessas áreas são analisados, conforme mostrado, os aspectos geoestratégicos, políticos e econômicos, as situações de confronto, os poderes navais, os interesses brasileiros, as linhas de comunicação marítimas e áreas focais e interesses específicos de segurança.

Bem, não quero perder esta oportunidade. Ao fundo desse *slide*, todos podem observar uma fotografia que considero extremamente sugestiva e que se relaciona à própria Marinha. A foto do nosso novo porta-aviões – porta-aviões São Paulo –, e do porta-aviões Minas Gerais, que já estava bastante antigo e precisava ser renovado, sugere uma comparação de dimensão. O Minas Gerais já era bastante grande, mas todos

podem observar as dimensões ainda maiores do ex-navio-aeródromo francês Ferdinand Foch, que passou a se chamar porta-aviões São Paulo, na nossa Marinha. As novas dimensões trouxeram um aumento expressivo de segurança para a operação das aeronaves. Os pilotos, por exemplo, ganharam mais 50 metros de pista de pouso, e, além disso, conferiu-se ao poder naval brasileiro uma nova capacidade, uma nova expressão para a sua capacidade de autodefesa.

Retomo o tema e comento que a Divisão de Inteligência Estratégico-Militar também acompanha, além de todos aqueles estudos, a conjuntura dos países, atribuindo diferentes prioridades, de acordo com os interesses nacionais, proximidade do nosso território e importância do país no cenário internacional. Para cada país são elaborados levantamentos estratégicos, que contêm, fundamentalmente, os seguintes aspectos: no campo político, divisão política, objetivos nacionais e de governo, estrutura de governo, política externa, acordos, compromissos, alianças, tratados e organismos internacionais; no campo econômico, aspectos gerais de macroeconomia, principais parceiros, atividades industriais, poder marítimo etc.; no campo psicossocial, movimentos e conflitos sociais e fatores que afetam o psicossocial, etnias e religiões predominantes; no campo científico-tecnológico, atividades de pesquisa, especialmente agora, no campo militar e de engenharia naval, capacidade energética, inclusive nuclear, investimentos etc; e no campo militar, estruturas organizadas para paz e guerra, objetivos e sistemas de defesa, estratégia geral adotada, orçamento para Marinha, Exército, Força Aérea, organização e composição, concepção estratégica, efetivo, forças-tipo e, eventualmente, também aspectos de outras Forças, como as guardas nacional e costeira.

As fontes de obtenção de dados e informações são os órgãos e células do SIMAR, já comentados e mencionados, órgãos da estrutura brasileira de Inteligência, comandantes de grupos-tarefas ou de navios escoteiros – que são aqueles que navegam isoladamente em viagem ao exterior –, periódicos, publicações, internet e participação em cursos e conclaves.

A Divisão de Inteligência Estratégica não realiza busca, não tendo disponível, portanto, pessoas especializadas para esse tipo de ação.

Finalmente, desejo fazer algumas observações a título de conclusão, mencionando que, no mundo de hoje, devido à globalização econômica, é fundamental a compreensão de que a luta pela defesa dos interesses nacionais no cenário internacional, sejam políticos, econômicos ou estratégicos, é mais relevante do que no passado, devendo ser considerada nos planejamentos estratégicos de qualquer Força. Nesse sentido, a Inteligência, em seus diversos campos, é uma ferramenta primordial para qualquer Marinha, em praticamente todas as suas atividades, especialmente nos campos estratégico e operacional.

Na busca desse objetivo, a Marinha do Brasil procura manter uma estrutura de Inteligência ágil, moderna e eficiente e que proporcione às autoridades navais conhecimentos atualizados e tempestivos para uma correta tomada de decisões. A Inteligência da Marinha do Brasil é entendida como uma atividade tipicamente de assessoramento. Além do propósito de prover conhecimentos necessários à tomada de decisões das altas autoridades navais, é também o elo inicial de todo processo de Planejamento Estratégico da Marinha. A Inteligência fornece a base para a formulação da concepção estratégica de emprego e, no passo seguinte, permite que seja elaborado o programa de reaparelhamento, que define a quantidade e os meios necessários para que a Marinha possa cumprir sua missão e suas atribuições subsidiárias. Todo esse processo é consubstanciado no que chamamos de sistemática de planejamento de alto nível da Marinha.

DEFESA NACIONAL E INTELIGÊNCIA MILITAR

RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO
2º Subchefe do Estado-Maior do Exército.

A atividade de Inteligência é tão antiga quanto a própria história da humanidade. Vejamos alguns exemplos históricos.

O Antigo Testamento mostra a importância da atividade desde aquela época. Foram enviados homens à Terra de Canaã, precedidos de um reconhecimento. Esse procedimento faz parte da atividade de Inteligência: reconhece-se a área para, posteriormente, ocupá-la. Outro exemplo que podemos destacar é o de Sun Tzu, em seu livro *A Arte da Guerra*, em que narra a grande preocupação e importância dada à atividade de Inteligência, a que chamava de “espões”. Como esses, há vários exemplos ao longo da história que demonstram que a atividade de Inteligência era primordial para as atividades militares. Modernamente, a atividade de Inteligência tem um espectro muito mais amplo.

Detendo-me à parte relativa ao Exército, nosso Sistema de Inteligência faz parte de um sistema mais amplo denominado Sistema de Informação do Exército. Ano passado, o Comandante do Exército aprovou a Política de Informação do Exército, da qual extraímos os aspectos mais interessantes e registramos na transparência.

Finalidade: estabelecer a orientação dos objetivos para gestão da informação no âmbito do Exército.

Um dos objetivos gerais: orientar as atividades e o emprego dos recursos relativos à gestão da informação em vários sistemas, entre os quais o Sistema de Inteligência.

No Sistema de Inteligência estão incluídas informações organizacionais e operacionais, comunicação social, guerra eletrônica, imagens, comunicações, informática, comando e controle.

Essa política faz parte da Doutrina Militar Terrestre, já aprovada.

A referida Política também preconiza que se deve promover a integração com as demais Forças singulares, tendo em vista as demandas do preparo e emprego da força terrestre no âmbito do Ministério da Defesa.

O Sistema de Informação do Exército é mais amplo, abrangendo também o Sistema de Inteligência. Outros sistemas também são importantes e, de acordo com a visão sistêmica, também devem ser integrados. Hoje, nosso trabalho é promover essa integração. Por isso, não podemos prescindir, por exemplo, do sistema de imagens, seja por plataformas satelitais, plataformas aéreas ou veículos aéreos não tripulados. Todos são fontes de informação que poderão gerar conhecimento. O mesmo se aplica à informática e às comunicações, como plataformas físicas dos outros sistemas, e à guerra eletrônica, com a parte relativa a sinal. Temos instalado no Centro Integrado de Guerra Eletrônica um núcleo do Centro de Inteligência do Sinal que capta sinais que, analisados, poderão produzir conhecimento. Modernamente, com a inauguração do Sivam, gerenciado pelo Sipam, temos na região amazônica um importante instrumento que muito auxilia a área da Inteligência.

Aqui, temos uma visão sistêmica dos vários sistemas que compõem o Sistema de Informação, entre os quais, como já falei, o Sistema de Inteligência. Vamos abordar, rapidamente, nosso Sistema de Inteligência.

O Sistema de Inteligência do Exército compreende o conjunto de órgãos que, por responsabilidade dos comandantes em diversos níveis hierárquicos, estão envolvidos na execução, regulamentação e normatização da atividade de Inteligência.

O nosso Sistema de Inteligência do Exército – como já abordado anteriormente pelos Generais Alberto Mendes Cardoso e Aloísio Rodrigues dos Santos – integra o Sistema Brasileiro de Inteligência, integra o Sistema de Inteligência e Defesa, mas não há subordinação e sim interligação entre eles. Cada um tem sua atividade, mas há uma interligação. Isso tudo é necessário para o desenvolvimento da atividade de Inteligência.

Nessa visão sistêmica, há o CIE, órgão central do Sistema de Inteligência do Exército. Há o Departamento de Inteligência Estratégica, Subchefia de Inteligência do Ministério da Defesa, bem como os Centros de Inteligência da Marinha e da Aeronáutica e outros órgãos federais que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência. O Sistema Brasileiro de Inteligência não é só isso. Existem outros órgãos de que não falei, mas apenas desejava citar exemplos de órgãos militares.

Já foi mencionada pelo representante da Marinha que me antecedeu a missão constitucional das Forças Armadas. Essa missão é o nosso farol. Com base nela, são feitos todos os planejamentos do Exército e, em consequência, executada a atividade de Inteligência. Assim, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia de disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, e se destinam à defesa da Pátria – aqui está o braço da defesa externa –, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um deles – trata-se do ramo que chamamos de GLO –, à garantia da lei e da ordem. Também o Exército se prepara para essa contingência. Como falou anteriormente o companheiro da Marinha, essa não é a nossa missão principal. Nossa missão principal é a defesa da Pátria, a defesa externa.

Logicamente, a missão do Exército, calcada na Constituição Federal, norteia todas as atividades do Exército e será sempre orientada pela destinação constitucional, por leis complementares e por diretrizes do comandante supremo. Juntamente com as demais Forças Armadas, é nossa missão defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, cooperar com a defesa civil e participar de operações internacionais. Isso consta do que chamamos de Sipler 1, que é o Sistema de Planejamento do Exército, Livro 1.

Vamos, rapidamente, abordar a competência do Exército, que está calcada no Decreto que aprova a estrutura regimental do Ministério da Defesa. As Forças Armadas organizam-se nos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, subordinados ao Ministério do Estado da Defesa, dispondo de estruturas e organizações próprias, definidas em legislação específica. Aos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos termos da legislação em vigor e conforme as diretrizes do Ministro do Estado da Defesa, compete formular legislação específica e aprovar normas próprias da respectiva Força. Ao comando do Exército compete formular a política e a doutrina militar terrestre, o que já foi feito.

Vou apresentar a diretriz do Comandante do Exército relativa à atividade de Inteligência. É com base nessa orientação que o sistema trabalha:

“As circunstâncias, cada vez mais complexas, emprestam crescente importância à Inteligência, como instrumento fundamental para a oferta oportuna dos conhecimentos necessários à decisão. Dessa forma, um Sistema de Inteligência eficaz exige amplo e integrado banco de dados, que proporcione ao analista a rápida e seletiva disponibilidade dos elementos necessários ao trabalho que realiza. Aos clientes do Sistema compete selecionar e apresentar aos órgãos de Inteligência seus respectivos repertórios de conhecimentos necessários, cuidando para não os onerar

com solicitações de dados de natureza gerencial amplamente disponíveis e facilmente acessíveis em bancos de dados de outro Sistema.”

Vamos definir também a Inteligência militar, aqui entendida como Inteligência para as operações militares voltadas para a defesa externa:

“A Inteligência militar, exercida no planejamento de operações, tem por objetivo a produção de conhecimentos sobre o inimigo, por meio de um estudo detalhado de sua ordem de batalha, estrutura de comando, doutrina de emprego, métodos de combate, armamentos, equipamentos e outros fatores necessários à determinação das peculiaridades, deficiências, possibilidades e limitações.”

Isso é fundamental para qualquer operação militar.

Continuando, também produz conhecimentos sobre o *“ambiente operacional e suas implicações para as nossas Forças e para o inimigo, o estudo do terreno e das condições climáticas e meteorológicas para determinar seus efeitos nas operações, a fim de diminuir as incertezas do campo de batalha”*.

A Inteligência militar está presente nos níveis estratégico e tático.

Gostaria de apresentar a nossa estrutura do Sistema de Inteligência do Exército, mostrando toda a sua capilaridade, de onde fluem todas as informações que, em suma, chegam ao Centro de Inteligência do Exército - CIE, que é o órgão central do Sistema de Inteligência do Exército. O CIE é dividido em agências especiais, são os adidos militares, o Centro Integrado de Guerra Eletrônica e o Centro de Cartografia Automática do Exército, um com elaboração de sinais e outro com imagens, que ainda estão se estruturando. O Estado-Maior do Exército elaborou, para cada sistema, uma diretriz estratégica, e cada órgão central de cada um deles está em fase final de elaboração dos seus planos básicos de trabalho, que estabelecem metas, ações a realizar e quantificação de recursos. Ainda temos os órgãos de direção setorial, que trabalham aqui em Brasília, a exceção de dois setores sediados no Rio de Janeiro.

Chamamos de Agência Classe A os comandos militares de área, como, por exemplo, o Comando Militar do Sul, Leste, Sudeste, Amazônia, Nordeste, Oeste e Planalto; de Agências Classe B, as divisões de Exército e Brigada; e de Classe C, as organizações militares, batalhão ou subunidade isolada. Além disso, cada comando militar de área tem, a si subordinado, uma companhia de Inteligência, e cada divisão ou brigada está subordinada a um ou mais grupos de operações de Inteligência. Com essa estrutura organizacional, mostramos toda a capilaridade do sistema, que flui desde o nível mais baixo até o nível mais alto. Por isso, o sistema é bem-estruturado. Isso é quase imediato. Existe o princípio da oportunidade, segundo o qual, se a informação é importante, pode fluir rapidamente de níveis mais baixos da hierarquia para o Centro de Inteligência. É questão de oportunidade. O Sistema é bem-estruturado. Hoje, o Centro de Inteligência do Exército sabe de tudo o que se passa praticamente em tempo real. Logicamente, está apoiado em base física, que é o sistema de comunicações e o sistema de informática. Essa é a nossa capilaridade.

Também existe a integração com outros órgãos da Marinha, da Aeronáutica e do Governo Federal, que poderão, a partir de qualquer uma dessas agências, atingir rapidamente o Sistema de Inteligência do Exército.

Para finalizar, apresentarei algumas das mais importantes perspectivas para a atividade de Inteligência militar: atender, nas melhores condições, ao prescrito na Constituição Federal e nos diplomas legais do País; apoiar as ações de Estado no combate aos ilícitos transnacionais, em especial, ao contrabando de armas, ao narcotráfico e ao terrorismo internacional.

Como foi dito anteriormente, a nossa principal missão, a atividade-fim, é a defesa externa. As Forças Armadas, particularmente o Exército, estão em condições e têm apoiado as ações de Estado, assim como a Polícia Federal e a Receita Federal. No

entanto, a missão principal do Exército não é engajar-se diretamente nessas ações, a não ser em situação de emergência.

Outra perspectiva é participar de força internacional de paz. No fim da década de 80, o Brasil reativou sua participação na força internacional de paz, enviando observadores militares para trabalhar na ONU, em Angola. Posteriormente, enviou tropas e, atualmente, há um pelotão no Timor. O Brasil tem-se destacado na ONU na excelência de seu trabalho em prol da paz.

Mais uma perspectiva refere-se à colaboração, com técnicas e procedimentos de contra-inteligência – outro ramo além da Inteligência –, para a proteção dos conhecimentos, dados e informações sensíveis, principalmente aqueles produzidos no País na área científico-tecnológica, ativos tecnológicos. Essa é uma preocupação. Nessa área, a situação extrapola o âmbito das Forças Armadas. Devemos nos preocupar porque há cientistas renomados no País. Muitos procedimentos podem sair do País por meio de espionagem científica, industrial e assim por diante. Devemos nos preocupar com a proteção do conhecimento.

Finalmente, encerrando a minha exposição, agradeço o convite para representar o Exército. O tempo foi relativamente curto, mas a idéia era fornecer somente um *flash* sobre o funcionamento do Sistema de Inteligência do Exército.

DEFESA NACIONAL E INTELIGÊNCIA MILITAR

Brigadeiro-do-Ar DALTON LUIZ FRARESSO
Chefe da Secretaria de Inteligência da
Aeronáutica.

A abordagem do tema proposto pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso, “defesa nacional e inteligência militar”, segundo a ótica da Secretaria de Inteligência da Aeronáutica, deve-se iniciar pelo entendimento de alguns pressupostos básicos, estabelecidos na Constituição Federal, na Política de Defesa Nacional, na Estratégia Militar Brasileira e na documentação normativa própria da Aeronáutica.

O conceito de defesa mais usualmente aceito pressupõe um conjunto de medidas e de ações empreendidas em todas as expressões do Poder Nacional, de modo permanente e integrado, em face de antagonismos, pressões e óbices, manifestos ou latentes, visando restabelecer, manter ou aperfeiçoar a segurança em todos os níveis.

A segurança, por sua vez, pode ser entendida como o estado de garantia da sobrevivência e estabilidade dos indivíduos, comunidades, nações e grupos de nações, em clima que permita o seu desenvolvimento e a realização do seu potencial, em um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras.

Observa-se, nestas definições, que segurança e defesa possuem dimensões sistêmicas e interdependentes, e que a dimensão militar é uma das suas componentes.

Os objetivos fundamentais da Nação brasileira, estabelecidos no art. 3º da nossa Constituição, podem ser alcançados apenas dentro de um contexto em que ações e medidas sejam implementadas para garantir a existência de um estado ideal onde possam sobreviver com estabilidade os indivíduos e a nação. Em outras palavras, a consecução dos objetivos fundamentais da Nação brasileira pressupõe a obtenção e a manutenção de um estado de segurança, por meio das ações de defesa.

A contribuição da Aeronáutica para este mister, nela incluída a atividade de Inteligência, encontra seus fundamentos legais na Constituição Federal, na Política de Defesa Nacional, na Estratégia Militar Brasileira, nas políticas e nas diretrizes ministeriais da Defesa, na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, na política e na estratégia de Inteligência da Aeronáutica.

Adotando, à guisa de premissas básicas, as disposições legais impostas por todo esse ordenamento jurídico, a Aeronáutica planeja, orienta, coordena e supervisiona a atividade de Inteligência que executa, tendo sempre em vista o cumprimento da sua missão constitucional, determinada no art. 142 da Constituição Federal.

Entretanto, o planejamento institucional da Aeronáutica, especialmente naquilo que se refere às necessidades a serem atendidas pela Inteligência, encontra uma série de fatores condicionantes ditados pelas conjunturas nacional, regional e internacional.

O mundo vive hoje uma época marcada por rápidas e constantes mudanças. Prevalece um processo de reacomodação de forças, do qual emerge um ambiente internacional indefinido e instável, gerando pela falta de correspondência entre os centros de poder político, econômico e estratégico-militar, cuja evolução é difícil de prever. As generalizações simplificadoras decorrentes da bipolaridade ideológica e militar vigente há pouco tempo tornaram-se obsoletas. Desapareceu a relativa previsibilidade estratégica.

Os conflitos localizados que ocorrem na atualidade em quase todos os continentes, o recrudescimento de extremismos étnicos, nacionalistas e religiosos, bem como o fenômeno da fragmentação observado em diversos países, demonstram serem de relevância conceitos tradicionais como soberania, autodeterminação e identidade nacional.

A ação diplomática positiva e concreta, fortalecendo o processo de integração regional, conformou um verdadeiro anel de paz em torno do nosso País, viabilizando a concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais. Não estamos, contudo, inteiramente livres de riscos que ameacem nosso patrimônio e interesses vitais. A despeito da conjuntura favorável no entorno imediato, há de se manter um sistema de defesa adequado à preservação da soberania nacional e do Estado Democrático de direito.

Se, por um lado, a vertente preventiva da defesa brasileira reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos, por outro, fundamenta-se na existência de uma estrutura militar de credibilidade capaz de gerar efeito dissuasório eficaz.

Considerando-se a envergadura da missão constitucional a si atribuída e a complexidade da atual conjuntura, a Aeronáutica deve organizar-se, aparelhar-se e adestrar-se, permanentemente, para empregar os seus meios da maneira mais objetiva, precisa e eficiente possível.

Os conflitos armados ocorridos desde a última metade do século XX demonstraram largamente a excelência do poder aéreo. A concepção moderna de emprego da Força Aérea leva em conta, principalmente, a exploração intensiva de algumas características que lhe são intrínsecas, quais sejam, a velocidade, a mobilidade e a flexibilidade.

Todavia, estas características, ainda que aprimoradas pelo uso de sofisticadas aeronaves, equipamentos e armas, revelam-se ineficazes se não estiverem conjugadas com a utilização de informações precisas e oportunas sobre as possibilidades e as intenções do adversário, o ambiente de operações das forças amigas e as características dos objetivos de interesse militar.

Cabe à Inteligência a responsabilidade de obter, processar e difundir aqueles conhecimentos imprescindíveis para o planejamento de preparo e para o emprego da Força Aérea Brasileira, sem o que estas ações constituir-se-ão em mero exercício premonitório.

Desta forma, a finalidade proposta para a Inteligência na Aeronáutica é a de produzir conhecimentos necessários ao preparo e ao emprego da Força Aérea Brasileira e de promover a salvaguarda das fontes cujo sigilo seja do interesse da Força manter.

No Comando da Aeronáutica, a Inteligência está organizada de forma sistêmica, constituindo o Sistema de Inteligência da Aeronáutica – SINTAER.

Tal sistema possui um órgão central, a Secretaria de Inteligência da Aeronáutica (SECINT), e dispõe de elos ativados em todas as organizações da sua estrutura. À Secint cabe o assessoramento direto ao Comandante da Aeronáutica, enquanto que os elos executam tarefas específicas dentro das diferentes fases do ciclo de inteligência.

Os atuais objetivos da Inteligência da Aeronáutica foram estabelecidos em diretriz do Estado-Maior, editada em setembro de 2001, e são os seguintes:

- direcionamento do SINTAER para o apoio operacional à Força Aérea Brasileira;
- produção de conhecimentos de caráter estratégico, operacional e tático necessários ao preparo e emprego da FAB, em atendimento às hipóteses de emprego admitidas pela Estratégia Militar;

– proteção das fontes cuja integridade e sigilo sejam do interesse da Aeronáutica;

– capacitação, valorização e adequação dos recursos humanos do SINTAER; e

– ligação e cooperação do Sintaer com os órgãos de Inteligência das demais Forças Armadas, órgãos e entidades da Administração Pública federal e estadual, nos limites de sua competência.

O objetivo permanente e prevalecente que orienta as ações de planejamento no âmbito do Sintaer é o de capacitá-lo para apoiar o cumprimento da missão constitucional da Aeronáutica.

Por integrar, ainda, o Sistema Brasileiro de Inteligência e o Sistema de Inteligência de Defesa, a Secint tem acrescida às suas atribuições a de contribuir com a produção de informações necessárias ao processo decisório do Poder Executivo, concorrendo para a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

Revestindo-se de um caráter eminentemente operacional e buscando, particularmente, a antecipação e a redução do grau de incerteza, a Inteligência, diuturnamente, deve avaliar a conjuntura, obter conhecimentos imprescindíveis aos planejamentos operacionais e ao emprego, ao mesmo tempo em que protege o cerne do conhecimento sensível.

Por fim, no que diz respeito à Aeronáutica, cremos que a Inteligência Militar, identificando e avaliando antagonismos, pressões e óbices ao cumprimento da sua missão, constitui-se em atividade essencial e indispensável ao planejamento militar.

Ao concorrer para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas, a Inteligência Militar concorre, também, para a consecução dos objetivos da defesa nacional, quais sejam: a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais e a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas.